Anais de Resumos Expandidos
VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais
ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Teste do Pescoço Acadêmico: como a escolha da bibliografia nos cursos de pós-graduação em comunicação produz epistemicídio e atua como tecnologia de negação na academia

The Academic Neck Test: How Bibliographic Selection in Communication Graduate Programs Produces Epistemicide and Acts as a Technology of Denial in Academia

Bruna Rezende Leite

Palavras-chave: racismo; epistemicídio; bibliografia; antirracismo.

1. Introdução

A chegada à universidade representa o momento mais doloroso na trajetória acadêmica de pessoas negras, pois é nesse espaço que as crenças de insuficiência enfrentam o choque direto entre a racialidade e o acesso ao saber (Carneiro, 2023). Trata-se de uma racialidade erguida por um processo colonial vivo (Sodré, 2023), estruturado para reproduzir privilégios em uma sociedade dividida entre pessoas e subpessoas (Mills, 2022). É no ensino superior que a branquitude do saber e a autoridade exclusiva da fala branca exigem que estudantes negros confrontem os fantasmas de sua vida escolar em busca de legitimação intelectual.

No Brasil, esse sistema opera regido pelo dispositivo de racialidade, que atua como ferramenta disciplinadora de um pacto velado: o Contrato Racial. Este conceito, formulado por Charles Mills (2022), estabelece que o pacto social serve aos homens

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

brancos e categoriza as demais pessoas como sub-humanas a partir de critérios fenotípicos. Para que a exclusão funcione na academia, entra em cena o epistemicídio, caracterizado pela desqualificação de pessoas não brancas como fonte de autoridade sobre o mundo e sobre si mesmas (Carneiro, 2023).

Essa tecnologia de exclusão articula-se por meio de três pilares: a inferiorização (desqualificação intelectual); o apagamento (fingir que a produção não existe); e a epistemologia invertida (criação de uma realidade alternativa que naturaliza a dominação).

No cotidiano, desconfiamos que essas três formas de epistemicídio ocorram simultaneamente nas bibliografias da pós-graduação no Brasil. Carneiro (2023) esclarece que a colonização também atua pela apropriação dos saberes, criando um referencial rígido que define quem é o "único sujeito cognoscente válido" (p. 89) autorizado a falar sobre a negritude. Nas universidades, isso se traduz na desqualificação do pensamento negro em prol da legitimação do discurso branco sobre o negro. Como resultado, a produção hegemônica branca passa a dialogar apenas consigo mesma, o que fica evidente nas referências bibliográficas, marcadas pela exclusão ou sub-representação do prestígio de intelectuais negros brasileiros (Carneiro, 2023, p. 48).

Essa dinâmica ecoa o "princípio da ausência" (Kilomba, 2020), que inviabiliza a escrita sobre negritude em espaços onde não há autores negros, e remete ao alerta de Fanon (2020) sobre a adoção compulsória dos valores e da linguagem do dominador pelo povo colonizado. Diante disso, a hipótese é que, ao oferecer uma bibliografia essencialmente branca mesmo após a Lei de Cotas (Brasil, 2012), a academia devolve a população pesquisada à condição de objeto. Pesquisadores negros acabam ancorados em referenciais brancos para analisar a própria realidade.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

A partir dessa inquietação, formulamos o seguinte problema de pesquisa: a proporção de autores brancos e negros nas bibliografias dos cursos de pós-graduação em Comunicação do Rio de Janeiro reflete proporcionalmente a realidade demográfica fluminense?

Para responder a essa questão, delimitamos dois objetivos principais: identificar quais são os autores presentes nos ementários das bibliografias obrigatórias dos cursos de pós-graduação em Comunicação do estado do Rio de Janeiro e descobrir qual é a proporção real entre autores brancos e negros que são trabalhados pelos cursos responsáveis pela formação dos novos pesquisadores no país.

2. Metodologia

Executou-se uma Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) sobre os ementários do primeiro semestre letivo de 2025 de dois programas de excelência. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2025), o recorte contemplou as disciplinas "Problemas Teóricos da Comunicação" e "Metodologia de Pesquisa em Comunicação". Na Universidade Federal Fluminense (UFF), a amostra analisou as disciplinas "Mídia e Cotidiano" e "Metodologias para a Pesquisa em Comunicação".

A pesquisa mapeou 83 referências, correspondentes a 80 autores únicos. Para a identificação racial dos intelectuais, foi realizada extensa pesquisa biográfica e imagética em repositórios, editoras e plataformas de vídeo. A categorização entre "negro" ou "branco" adotou estritamente os procedimentos fenotípicos exigidos pelas Comissões de Heteroidentificação da UFF (Universidade Federal Fluminense, 2022).

3. Resultados

A análise dos ementários revelou dados contundentes sobre a distribuição geopolítica e racial do conhecimento nos programas fluminenses. A bibliografia

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

obrigatória do curso de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da UFF indicava um total de 65 autores de leitura mandatória para o primeiro semestre de 2025. Por sua vez, as bibliografias das disciplinas equivalentes na UFRJ exigiam a leitura de 18 autores.

Dos 65 autores presentes nas ementas da UFF, identificamos que 47 deles (72,3%) foram classificados como brancos, enquanto apenas 3 foram identificados como negros (4,6%). Os outros 15 autores mapeados não ofereceram dados ou registros imagéticos suficientes para uma identificação segura, sendo catalogados como não identificados (23,1%).

Já no cenário da UFRJ, dos 18 autores exigidos nas disciplinas de Problemas Teóricos e Metodologia, constatou-se que 16 são brancos (88,9%), apenas 1 é negro (5,6%) e 1 não pôde ser identificado (5,6%).

Quando englobamos e consolidamos os 80 autores únicos exigidos nas bibliografias de ambos os cursos de Comunicação — desconsiderando as repetições de nomes entre as instituições —, chegamos ao seguinte panorama consolidado: 61 deles correspondem a intelectuais brancos (76,3%); apenas 3 correspondem a autores negros (3,8%); e 16 não puderam ser identificados.

O dado mais alarmante surge quando isolamos a amostra e desconsideramos os autores que não puderam ser identificados na pesquisa: 95,3% dos autores trabalhados na base teórica dos cursos são brancos, enquanto escassos 4,7% são negros.

4. Conclusões

Chegar ao topo da formação acadêmica na pós-graduação e constatar a ausência quase absoluta de pessoas pertencentes ao seu grupo racial nas bibliografias de referência é uma violência simbólica inegável. Em um país estruturalmente marcado pela divisão racial, essa ausência funciona como uma mensagem implícita de que o estudante negro

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

pode até ter conquistado o direito de acessar a universidade, mas não pertence genuinamente a ela e nem tem sua comunidade reconhecida como produtora de pensamento erudito. Como bem provoca Bárbara Carine (2025), a descontinuidade de um processo colonial não se faz apenas ocupando as vagas de um sistema projetado para reproduzir opressões, mas transformando as suas estruturas de dentro para fora (p. 23).

Não podemos continuar alimentando na academia brasileira a lógica perversa do "princípio de ausência" denunciado por Kilomba (2020). É contraditório permitir que pesquisadores negros circulem pelos corredores e debatam nas salas de aula, mas continuar tratando suas produções e as de seus pares como invisíveis, impedindo que alcancem o patamar de referências obrigatórias. Se mantivermos esse padrão, estaremos operando sob a lógica da colonialidade do poder descrita por Aníbal Quijano (2005). O resultado prático disso é a manutenção do pacto da branquitude na academia (Bento, 2022), que se perpetua e se autoprotege de forma independente, neutralizando os avanços sociais conquistados a duras penas pela política de cotas no ensino superior.

Não acreditamos que este silenciamento seja o objetivo consciente ou o desejo dos docentes e das instituições que dão nome às universidades públicas do Rio de Janeiro, instituições que tanto devolvem à sociedade civil. No entanto, diante das evidências empíricas levantadas por este estudo, torna-se nítido que o processo continua acontecendo no piloto automático das ementas. Por isso, apresenta-se como um imperativo urgente e inadiável a tarefa de revisitar, tensionar e decolonializar as bibliografias dos cursos de Pós-Graduação em Comunicação. Precisamos fazer o teste do pescoço também nos nossos referenciais teóricos.

5. Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 8 set. 2025.

CARINE, Bárbara. **E eu, não sou intelectual?: Um quase manual de sobrevivência acadêmica**. São Paulo: Planeta, 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

KILOMBA, Grada. Fanon, existência, ausência. In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

MILLS, Charles. **O contrato racial**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Veneta, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SODRÉ, Muniz. **O Fascismo da Cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM)**. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2025. Disponível em: https://www.pos.eco.ufrj.br/site/index.php. Acesso em: 31 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Ementário da Linha de Pesquisa Mídias e Mediações Socioculturais**. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2025. Disponível em: https://www.pos.eco.ufrj.br/site/ementario_mms.php. Acesso em: 31 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Ementário da Linha de Pesquisa Tecnologias da Comunicação e Estéticas**. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2025. Disponível em: https://www.pos.eco.ufrj.br/site/ementario_tce.php. Acesso em: 31 ago. 2025.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Instrução Normativa Prograd/UFF nº 24 de 14 de fevereiro de 2022**. Niterói: UFF, 2022. Disponível em: https://www.uff.br/wp-content/uploads/2023/08/bs_in_prograd_24_2022.pdf. Acesso em: 7 set. 2025.